

Sintunesp travou intensa luta contra o confisco dos aposentados e pensionistas em 2020

Atividades de pressão sobre os deputados têm que continuar até a vitória

O governo Doria deu grandes contribuições para que o ano de 2020 fosse ruim. Não contente com os nefastos efeitos da pandemia, o governador investiu pesado contra o funcionalismo público e a população. Logo em março, com o apoio das bombas de gás lacrimogêneo, sprays de pimenta e cassetetes contra os grandes atos presenciais dos servidores em frente à Assembleia Legislativa, antes do início da quarentena, Doria conseguiu aprovar uma drástica reforma da Previdência, que aumentou as alíquotas do pessoal da ativa e dificultou as regras para a aposentadoria.

Contudo, a intensa mobilização dos servidores – o Sintunesp organizou caravanas de todo o estado para engrossar os atos presenciais em frente à Alesp – não conseguiu impedir a aprovação.

Mas Doria queria mais. Pouco tempo depois, em 19/6/2020, ele baixou o Decreto 65.021, estabelecendo que a contribuição previdenciária dos atuais aposentados e pensionistas estatutários não mais incida sobre o valor da parcela dos proventos que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (como estabelece a regra até então vigente), mas sim sobre o montante dos proventos de aposentadorias e de pensões que supere um salário mínimo nacional, incidindo por faixa salarial. O confisco é pesado. O detalhe é que o decreto foi adotado sem nenhuma comprovação de “déficit atuarial”, como prevê o Decreto 65.021.

Sintunesp ajuizou ação rapidamente...

A assessoria jurídica do Sintunesp ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a reforma da Previdência estadual, transformada em lei pela Emenda Constitucional 49 e Lei Complementar 1.354, ambas de 6/3/2020, e pelo Decreto 65.021, de 19/6/2020.

Em resumo, a ADI questiona a instituição das alíquotas de contribuição progressivas – de 11%, 12%, 14% e 16% – incidindo por faixas salariais, sobre a base de contribuição do servidor ativo, assim como a sobretaxação imposta aos aposentados e pensionistas pelo Decreto 65.021. Outro ponto questionado na ação do Sindicato é a supressão da imunidade da contribuição garantida aos portadores de doença incapacitante, até então garantida pela Constituição Estadual.

Por meio de extensa citação legal, a ação do Sindicato aponta nas medidas a existência de confisco, redução salarial e quebra de isonomia entre servidores, o que é inconstitucional, além de ausência de comprovação do alegado “déficit atuarial”.



Ao em frente à Alesp no dia 3 de março: Sintunesp trouxe caravanas de vários campi

A ADI do Sintunesp tem a assinatura dos advogados José Francisco Martins e Júlio César Teixeira de Carvalho, da Assessoria Jurídica (AJ) da entidade, e foi ajuizada junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) em 17/7/2020, sob o número 21670874920208260000. A última movimentação no processo foi a apresentação de contestação da Procuradoria Geral do Estado à argumentação do Sindicato.

Embora toda a categoria (ativos e aposentados) esteja representada na citada ADI, caso algum servidor queira ajuizar ação individual com o mesmo teor, deve procurar a AJ do Sintunesp. Os contatos podem ser feitos pelo telefone (14) 3879-6310 ou pelo celular/WhatsApp (14) 99126-0217.

... e engrossou a luta das categorias pela derrubada do Decreto

Em reação ao Decreto 65.021/2020, além das ações judiciais ajuizadas por dezenas de entidades sindicais, assim como fez o Sintunesp, teve início uma forte mobilização na Assembleia Legislativa. Foram apresentados cinco projetos de decreto legislativo (PDL) para anular a sobretaxação dos aposentados e pensionistas:

- PDL 22/2020, do deputado Carlos Giannazi (PSOL)
- PDL 23/2020, da deputada Delegada Graciela (PL)
- PDL 24/2020, do deputado Campos Machado (PTB)
- PDL 39/2020, da deputada Professora Bebel (PT)
- PDL 40/2020, do deputado Agente Federal Danilo Balas (PSL)

Após muita pressão, que contou com tuitos e até

atos presenciais (mantendo as precauções sanitárias), o PDL 22 conseguiu ser enquadrado em tramitação de urgência e foi aprovado no Congresso de Comissões, o que permitiu que entrasse em plenário para votação no dia 16/12, tendo os demais PDLs apensados a ele.

O dia 16/12 foi marcado por uma forte ação das entidades do funcionalismo, com manifestações nas redes sociais, pressões nos deputados em suas bases e um ato presencial na Alesp. Inconformada com a possibilidade de aprovação do PDL 22, a base governista deu um golpe vergonhoso no plenário, antes que o projeto entrasse em discussão. O deputado Carlão Pignatari (PSDB), líder do governo na Alesp, apresentou duas emendas em plenário, o que acabou inviabilizando a votação, pois o projeto, neste caso, tem que voltar para as comissões.

Na prática, significa que nada acontecerá antes de fevereiro de 2021, após o recesso. Como o Sintunesp já denunciou em boletim anterior, as emendas foram assinadas por 22 deputados, subservientes ao governador Doria e inimigos frontais dos servidores públi-

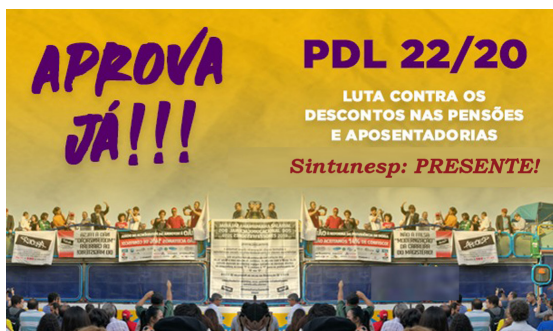
cos aposentados e pensionistas do estado de São Paulo. Destaque para o deputado Fernando Cury (Cidadania), que se “orgulha” de conduzir uma “Frente parlamentar em defesa da Unesp”.

Fique atento: A luta vai prosseguir

O processo que culminou na aprovação do caráter de urgência do PDL 22 (que carregou com ele os outros 4 PDLs com o mesmo teor) foi fruto de forte mobilização unificada dos servidores da ativa com os aposentados. O Sintunesp conchama os aposentados e pensionistas da Unesp, assim como todos os da ativa, a engrossarem essa luta. Até início de fevereiro, quando termina o recesso parlamentar, a dica é enviar mensagens seguidas para os parlamentares, cobrando que façam justiça com os aposentados e pensionistas e aprovem o PDL 22, cancelando o Decreto 65.021.

E fique atento às divulgações do Sintunesp! Vamos manter a luta até derrubar esse nefasto decreto.

- Anexo, arquivo com os e-mails dos deputados e deputadas paulistas.
- Anexo, arquivo com Instagram, Face e Twitter.



A pandemia não acabou. Todo cuidado é pouco!

Que as direções da Unesp saibam respeitar a vida!

Com quase 10 meses de pandemia de Covid-19, vemos que os números estão em alta novamente, seja em quantidade de casos, seja pelo de mortes. Nosso país segue entre os primeiros no triste *ranking* mundial da doença. São aproximadamente 7 milhões de casos e quase 190 mil vidas perdidas.

Desde o início da pandemia, o Sintunesp tem procurado participar do debate geral e, em especial, defender condições sanitárias seguras para os trabalhadores e a comunidade da Unesp.

A realização de lives com este tema foi uma das iniciativas. Uma delas, intitulada “Saúde mental, durante e pós-pandemia”, em 2/12, trouxe a médica Ludmila Cândida de Braga, da Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalhador (CSST-Unesp). A outra, sob o título de “Memórias da pandemia, retratos e perspectivas”, no dia 15/12, teve como convidados o médico sanitário Antonio Luiz Caldas Junior, docente aposentado da Faculdade de Medicina (FMB/Unesp), e o economista João Carlos Vieira, especializado em estatística e avaliações institucionais nas áreas de saúde e educação.

Como bem assinalou o professor Caldas, vivemos um processo de “debilidade político institucional” em relação à pandemia, com um forte negacionismo de governantes que vêm minimizando a doença, não cumprindo seu papel de gestores públicos e chegando ao cúmulo, agora, de tentar inviabilizar um planejamento adequado de vacinação para o país.

Embora reconheça que há um “cansaço prolongado” entre professores, servidores técnico-administrativos, estudantes, profissionais de saúde e na população em geral, o expositor advertiu: É preciso manter todas as precauções neste final de ano e no início do próximo, pois ainda não temos um horizonte claro que aponte o final da pandemia.

Bom senso e respeito à vida

O Sintunesp espera que as direções locais da Unesp, que têm a prerrogativa de decidir quando e quais setores devem retornar ao serviço presencial, tenham bom senso e respeitem a vida de seus trabalhadores. Chefias e membros de comissões Covid locais devem dar o exemplo! O Sindicato está atento às ações de uma pequena parte dos dirigentes que, colocando em risco a vida de seus trabalhadores e familiares, pressionam os servidores a prestar serviços não essenciais. A entidade não vai compactuar com essa irresponsabilidade.

O momento é de extrema cautela e somente os serviços estritamente essenciais devem ser feitos presencialmente, e assim mesmo com todos os cuidados e equipamentos necessários.



O professor Caldas durante a live do Sintunesp, em 15/12. Assista em <https://www.youtube.com/watch?v=1S2Fp9FLjUA&feature=youtu.be>